

Senhores Acionistas,

Vimos através desta apresentar a Proposta da Administração com informações relevantes às deliberações prevista para Assembleia Geral Ordinária da Companhia - AGO, a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 09hs.

A Proposta da Administração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião do dia 20/03/2026, seguindo o conteúdo indicado nas Instruções CVM nºs 80/2022 e 81/2022.

Joinville / SC, 20 de março de 2026

Cesar Pereira Döhler

Diretor de Relações com Investidores

SUMÁRIO

I.	Comentários da Diretoria	2
II.	Eleição de Administradores	14
III.	Remuneração dos Administradores	25
IV.	Proposta da Destinação do Resultado do Exercício	33

I. COMENTÁRIO DA DIRETORIA

ANEXO C – ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RESOLUÇÃO CVM 080 DE 29/03/2022

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

- No exercício de 2025, a companhia apresentou evolução consistente de suas condições financeiras e patrimoniais, impulsionada pela continuidade da implementação do planejamento estratégico e pelo avanço nos compromissos com sustentabilidade, qualidade, inovação e governança. A adequada leitura dos cenários global e nacional permitiu decisões que resultaram em melhoria significativa do desempenho em comparação ao exercício anterior, indicando perspectivas favoráveis para o próximo período.

Os ajustes operacionais realizados ao longo do ano fortaleceram a estrutura econômico-financeira, com redução de despesas e maior eficiência na gestão das receitas. O Programa de Excelência Operacional contribuiu para aprimorar a produtividade e a assertividade dos processos produtivos. Adicionalmente, os instrumentos do PAEX e o Comitê de Planejamento Estratégico reforçaram a integração entre as áreas Comercial, Produção de Suprimentos e Financeira, refletindo em ganhos de resultado.

O projeto de financiamento da FINEP, em fase avançada de implementação, segue apoiando de forma relevante os programas de inovação da companhia, ampliando sua capacidade competitiva. Por fim, o comprometimento da equipe e o fortalecimento da cultura de inovação e governança têm sustentado a evolução das condições financeiras e patrimoniais e reforçam nossa confiança para os próximos exercícios.

b) Estrutura de capital

- Para a Diretoria, a estrutura de capital é adequada para atender as necessidades da Companhia conforme composição a seguir:

Composição de Capital (Em Milhares de Reais)

	2025	AV	2024	AV	2023	AV
Passivo Circulante	121.445	11,6%	94.622	9,5%	90.720	9,3%
Passivo Não Circulante	227.315	21,7%	211.529	21,2%	179.979	18,4%
Total de Capital de Terceiros	348.760	33,3%	306.151	30,7%	270.699	27,7%
Patrimônio Líquido	698.331	66,7%	692.228	69,3%	708.206	72,3%
Total de Capital Próprio	698.331	66,7%	692.228	69,3%	708.206	72,3%
Total Geral	1.047.091	100,0%	998.379	100,0%	978.905	100,0%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

- A Diretoria avalia que a companhia mantém plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo, respaldada por uma estrutura econômico-financeira sólida e por níveis equilibrados de endividamento. A robusta geração de caixa operacional registrada no exercício, que totalizou R\$ 63 milhões, um aumento de R\$ 38 milhões em relação ao ano anterior, reforça significativamente essa condição.

Esse desempenho demonstra a efetividade das ações de gestão implementadas e assegura maior segurança para o cumprimento das obrigações financeiras já assumidas, além de proporcionar suporte adequado às necessidades operacionais e estratégicas da companhia. A evolução da capacidade de geração de caixa confirma a resiliência do negócio e sua capacidade de enfrentar cenários econômicos desafiadores, mantendo-se financeiramente estável e preparada para sustentar seus planos de longo prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

- Para fazer face às necessidades de pesquisa, inovação, modernização e ampliação de seu parque fabril já aprovadas pela administração e/ou constantes em orçamento, a Companhia contratou financiamentos para investimentos em imobilizado (BNDES, FINEP e Fornecedores), e financiamento de Capital de Giro para reforçar os recursos na compra de insumos, financiamentos estes como demonstrados abaixo, no item 2.1 (f). Cabe mencionar os financiamentos de capital de giro aportados pelo BNDES, que permitiram os suprimentos adequados de matéria prima ao longo dos próximos anos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

- A Diretoria considera suficientes os seus recursos disponíveis para atender as necessidades de capital de giro e nos demais investimentos em ativos não-circulantes.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

- Contratos de empréstimos e financiamento relevantes;
- Outras relações de longo prazo com instituições financeiras;
- Grau de subordinação entre as dívidas;
- Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Circulante (Em Milhares de Reais)

Modalidade	Encargos anuais	2025	2024	2023
ACC	3,25% à 6,95% + VC	3.394	13.785	9.898
Financ. Imobilizado	3,26%	1.687	2.071	1.740
Financ. Capital de Giro	1,95% + Selic	15.589	13.750	12.488
Financ. Capital de Giro	6,849% + IPCA	8.319	8.413	844
Finep	TR + 3,30% a.a.	200	86	-
FGPP	11,80% a.a.	10.493	-	-
BNDES/Finame c/ Banco do Brasil	9,808% a 10,277%	-	-	115
Total Circulante		39.682	38.105	24.970

Não Circulante (Em Milhares de Reais)

Modalidade	Encargos anuais	2025	2024	2023
Financ. Imobilizado	0,03262	-	1.657	3.062
Financ. Capital de Giro	1,95% + Selic	32.610	42.469	50.890
Financ. Capital de Giro	6,849% + IPCA	24.463	32.029	40.207
Finep	TR + 3,30% a.a.	87.020	52.212	-
Total Não Circulante		144.093	128.367	94.159
Total Geral (Em Milhares de Reais)		183.775	166.472	119.129

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

- No que se refere ao financiamento contratado junto à FINEP, a companhia vem apresentando regularmente as comprovações de utilização dos recursos, em conformidade com o cronograma estabelecido. Quanto aos demais financiamentos contratados, não há limites específicos de utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Contas de Ativo e Passivo (Em Milhares de Reais)

	2025	2024	2023
Caixa Equivalentes de Caixa e Aplicação Financeiras	141.191	84.806	42.409
Clientes	160.177	141.974	151.251
Estoques	256.686	301.197	316.113
Imobilizado	393.948	390.437	392.773
Financiamentos	183.775	166.472	119.244

- As principais variações das demonstrações financeiras decorrem dos financiamentos contratados em 2024 e 2025, que garantirão a execução dos projetos aprovados pelo FINEP nos próximos três anos. Além disso, o trabalho de revisão e melhoria dos processos operacionais permitiu reduzir de forma significativa o valor dos estoques, trazendo-os para um

nível mais saudável e alinhado às necessidades reais da empresa, contribuindo diretamente para a otimização do capital de giro e maior eficiência financeira.

Contas do Demonstrativo de Resultado (Em Milhares de Reais)

Demonstrativo de Resultado	2025	2024	2023
Vendas Mercado Interno	705.392	721.695	711.053
Vendas Mercado Externo	45.013	42.709	48.050
Receita Operacional Bruta	750.405	764.404	759.103
Devoluções e Impostos	- 127.344	- 136.837	- 140.997
Receita Operacional Líquida	623.061	627.567	618.106
Custo dos Produtos Vendidos	- 501.782	- 497.593	- 489.794
Lucro Operacional Bruto	121.279	129.974	128.312

- O Lucro Operacional Bruto do exercício refletiu um leve recuo nas vendas brutas em relação ao período anterior, influenciado diretamente pelo enfraquecimento da economia global. Ainda assim, mesmo diante desse cenário desafiador, as melhorias implementadas nos processos de gestão sustentaram um desempenho econômico positivo.

Demonstração do Fluxo de Caixa Indireto (Em Milhares de Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2025	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	10.242 -	15.357	467
Ajuste de Resultado	38.520	44.562	31.095
Caixa Gerado nas Operações	48.762	29.205	31.562
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais	14.270 -	4.284 -	1.013
Caixa Líquido das Atividades de Operacionais	63.032	24.921	30.549
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	- 19.762	- 19.779	- 15.212
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	13.115	37.255	- 14.324
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	56.385	42.397	1.013
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	84.806	42.409	41.396
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	141.191	84.806	42.409

- O desempenho operacional demonstrou evolução significativa quando analisado sob a ótica da geração de caixa. O caixa gerado nas operações aumentou expressivamente, passando de R\$ 29,2 milhões em 2024 para R\$ 48,8 milhões em 2025, impulsionado por melhorias estruturais nos processos internos e maior eficiência operacional. As variações nos ativos e passivos operacionais também contribuíram positivamente, resultando em um caixa líquido das atividades operacionais de R\$ 63,0 milhões no exercício, um crescimento substancial quando comparado aos R\$ 24,9 milhões registrados no ano anterior. Nas atividades de investimentos, não houve desembolsos relevantes em 2025, já no fluxo de financiamentos, podemos observar a entrada líquida de R\$ 13,1 milhões, valor inferior ao registrado em 2024, reflexo principalmente do estágio avançado do financiamento FINEP.

Como resultado combinado dessas movimentações, a variação de caixa e equivalentes foi positiva em R\$ 56,4 milhões, elevando o saldo final para R\$ 141,2 milhões, ante R\$ 84,8 milhões ao final de 2024. Esse comportamento evidencia fortalecimento da liquidez, reforça a capacidade financeira da companhia e confirma a tendência de maior solidez operacional observada ao longo do exercício.

2.2 Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial

- I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
 - A receita da Companhia resulta essencialmente da produção e comercialização de seus produtos de cama, mesa, banho, decoração e de tecidos técnicos, tanto nos mercados internos e de exportação, abrangendo linhas destinadas para o consumidor final, rede hoteleira e hospitalar e de tecidos para roupas profissionais.
- II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais
 - Os resultados operacionais em 2025, foram afetados pelo ritmo mais fraco da economia, marcado por juros altos e inflação resistente, que elevaram custos e dificultaram o acesso ao crédito. Além disso, o crescimento do país foi menor do que o esperado,

com queda no desempenho de setores importantes como indústria e serviços, o que reduziu a atividade econômica ao longo do ano.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

- Não aconteceram variações relevantes no período.

c) Impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

- Não ocorreu nenhum impacto relevante da inflação.

2.3 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

- Não ocorreram.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

- Não ocorreram ressalvas no parecer dos auditores independentes no período em questão.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

- Não ocorreram eventos relevantes.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

- Não ocorreram.

c) Eventos ou operações não usuais:

- Não ocorreram eventos relevantes.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis:

	2025	2024	2023
Receita Operacional Líquida	623.061	627.567	618.106
Custo dos Produtos Vendidos	- 501.782	- 497.593	- 489.794
Lucro Operacional Bruto	121.279	129.974	128.312
(-) Despesas com Vendas	- 98.382	- 110.459	- 89.080
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais	- 53.815	- 50.267	- 43.118
(+) Outras Receitas Operacionais	47.694	28.389	17.541
(-) Outras Despesas Operacionais	- 18.032	- 14.775	- 13.760
(+) Depreciação / Amortização	20.882	20.995	18.103
EBITDA	19.626	3.857	17.998
% Sobre Receitas Operacionais Líquida	3,15%	0,61%	2,91%

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

- Conforme item “a” supra.

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

- O EBITDA fornece uma medida útil de desempenho, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto de

renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária do IRPJ e da CSLL ou alterações nos níveis de depreciação e amortização.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

- Não ocorreram.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) Regras sobre retenção de lucros:

I. 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;

II. importância, quando necessária e devidamente justificada pelos administradores, para a formação de Reservas para Contingências e para a formação de Reserva de Lucros a Realizar, na forma da legislação;

III. 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendos;

IV. o saldo do lucro líquido que remanescer após as deduções previstas nas alíneas “I”, “II” e “III” será destinado para uma Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. Esta reserva não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor do Capital Social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

b) Regras sobre distribuição de dividendos:

- Conforme item “a”.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos:

- Anual.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

- Não possui restrições.

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede:

- Não possui.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- a. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos;
- b. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- c. Contratos de construção não terminada;
- d. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

- Não ocorreram.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

- Não ocorreram.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

b) Natureza e o propósito da operação;

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

- Não aplicável.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

- I. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Máquinas e Equipamentos	26.067.000
Edificações e Instalações	6.695.000
Tecnologia da Informação	2.876.000
Outros Investimentos	2.104.000

- II. Natureza e o propósito da operação;

- o Os investimentos serão realizados com recursos próprios da Companhia no valor de R\$ 22.246.000 e com recursos de terceiros no valor de R\$ 15.496.000.

- III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

- o Não estão sendo considerados.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

- A Companhia deu continuidade a iniciativas estratégicas voltadas à expansão de sua atuação comercial e ao fortalecimento de sua capacidade produtiva. Nesse contexto, destaca-se a abertura de uma loja da Döhler no Outlet de Porto Belo, em Santa Catarina, iniciativa que reforça a presença da Companhia no varejo e amplia sua atuação na modalidade B2C, aproximando a marca do consumidor final e potencializando o volume de vendas nessa frente. Adicionalmente, foi iniciado o processo de investimento em uma nova planta fabril localizada no Paraguai, projeto que tem por objetivo expandir a capacidade produtiva, otimizar processos

industriais e gerar ganhos de eficiência, contribuindo para o crescimento sustentável das operações no médio e longo prazo.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

- I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
 - II. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
 - III. Projetos em desenvolvimento já divulgados;
 - IV. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.
- o Não aplicável.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionados a questões ASG.

- A companhia vem incorporando de forma estruturada as questões ambientais, sociais e de governança ao seu plano de negócios, identificando oportunidades relevantes associadas à Jornada ESG Döhler. Entre essas oportunidades, destacam-se a ampliação do uso de matérias-primas certificadas e recicladas, o fortalecimento da rastreabilidade da cadeia de suprimentos assim como demonstrado pela liderança nacional no uso de algodão certificado e produtos rastreáveis e a modernização contínua dos processos industriais, com foco em eficiência energética, redução de emissões e otimização do consumo hídrico. No âmbito social, iniciativas como o Programa Abrace Mais, ampliam a inclusão e o desenvolvimento de pessoas, reforçando o impacto positivo nas comunidades onde a companhia atua. Adicionalmente, a estruturação do Comitê ESG e a integração das práticas de sustentabilidade e governança corporativa criam bases para novas oportunidades de inovação, competitividade e expansão sustentável, alinhadas às tendências do setor têxtil e às expectativas de stakeholders.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

- Não foram identificados outros fatos relevantes que não os anteriormente comentados.

II. ELEIÇÃO DOS ADMINISTRADORES

ANEXO C – ITEM 7 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RESOLUÇÃO CVM 080 DE 29/03/2022

7 Assembleia Geral e Administração

7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado.

- A Companhia não possui política formal e autônoma de indicação de administradores, uma vez que seus processos de indicação e eleição seguem diretamente as disposições legais aplicáveis (Lei das SA), o Estatuto Social e as deliberações dos órgãos societários competentes, compatíveis com sua estrutura de controle e governança.

b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- I. A periodicidade das avaliações e sua abrangência;
 - II. Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações;
 - III. Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.
- Não aplicável.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

- Não aplicável.

d) Por órgão:

- I. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero;
- II. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça;
- III. Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes.

- o Conforme item 7.1 e.

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

- A Companhia informa que, ainda não implementou critérios relativos à diversidade na composição dos órgãos da administração. A composição atual do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal reflete a estrutura societária, o histórico organizacional, o porte e as necessidades operacionais da Companhia, fatores considerados essenciais para a adequada condução de suas atividades. Ressalta-se que os processos de indicação e eleição de administradores observam rigorosamente a legislação societária aplicável, o Estatuto Social e as deliberações dos órgãos societários competentes, sendo pautados por critérios de mérito, qualificação técnica, experiência profissional e alinhamento estratégico, sem qualquer prática discriminatória.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

- Não aplicável.

7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração.

- Não aplicável.

b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

- A avaliação se dá por amostragem. Não há política de contratação de serviços de extra-auditoria.

c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração.

- Não aplicável.

7.3 Relação dos Candidatos:

I. Quanto ao Conselho de Administração:

a) Nome completo	Udo Döhler	José Mario Gomes Ribeiro	Roberto Teodoro Beck	Guilherme Wolff Döhler	Antônio Carlos Minatti	Leandro Augusto Ramozzi Chiarottino
b) Data de Nascimento	28/10/1942	09/08/1950	08/03/1962	12/06/1992	24/05/1957	22/06/1973
c) Profissão	Administrador de empresas	Administrador de empresas	Médico	Advogado	Executivo de Projeto, pesquisa e desenvolvimento de produtos	Advogado
d) CPF	006.091.969-87	167.769.259-68	499.205.109-04	078.205.019-01	293.600.809-34	147.498.058-90
e) Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração
f) Data de Eleição	28/04/2023	28/04/2023	28/04/2023	28/04/2023	28/04/2023	28/04/2023
g) Data da Posse	28/04/2023	28/04/2023	28/04/2023	28/04/2023	28/04/2023	28/04/2023
h) Prazo do Mandato	04/2026	04/2026	04/2026	04/2026	04/2026	04/2026
i) Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
j) Membro Independente	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
k) Mandatos Consecutivos - Data de Início	26/04/1995	30/06/2017	26/04/1995	25/05/2018	30/06/2017	28/04/2023

II. Quanto ao Conselho de Fiscal:

a) Nome completo	Juarez Domingues Carneiro	Denise da Silveira Peres Aquino Costa	Dionísio Leles da Silva	Bruno Böni	Tamara Ramos Bornhausen	Ciro Mauro de Carvalho Giannini
b) Data de Nascimento	03/05/1959	17/10/1965	04/07/1953	12/07/1976	22/07/1968	04/07/1959
c) Profissão	Contador, Auditor, Administrador e Advogado	Advogada e Contadora	Analista de Investimento	Advogado	Advogada	Economista
d) CPF	342.700.439-20	530.028.739-34	764.286.648-87	025.169.029-64	639.404.269-20	036.767.508-02
e) Cargo eletivo ocupado	Membro titular do Conselho Fiscal	Membro titular do Conselho Fiscal	Membro titular do Conselho Fiscal	Membro suplente do Conselho Fiscal	Membro suplente do Conselho Fiscal	Membro suplente do Conselho Fiscal
f) Data de Eleição	30/04/2025	-	30/04/2025	30/04/2025	30/04/2025	30/04/2025
g) Data da Posse	08/05/2025	-	08/05/2025	-	-	-
h) Prazo do Mandato	04/2026	-	04/2026	04/2026	04/2026	04/2026
i) Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
j) Membro Independente	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
k) Mandatos Consecutivos - Data de Início	08/05/2025	-	02/04/2008	-	-	-

7.3.1 - Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (I) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (II) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:

I. Quanto ao Conselho de Administração:

UDO DÖHLER, Presidente do Conselho de Administração da Döhler S.A. e Diretor Financeiro de sua controlada, Comfio - Cia Catarinense de Fiação, até o ano de 2021. Presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Joinville e Prefeito Municipal de Joinville por dois mandatos, de 2013 a 2020. Exerce a atividade de Administrador desde o ano de 1971, formado em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica do Paraná, de Curitiba (PR), em 1966. Participou de cursos e seminários de governança corporativa, gerencia profissional financeira, inteligência artificial.

JOSÉ MARIO GOMES RIBEIRO, membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Döhler S.A. Exerce a atividade de Administrador desde o ano de 1978. Formado em Engenharia Elétrica pelo Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, de Curitiba em 1973 e em Ciências Administrativas pela Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ.

ROBERTO TEODORO BECK, membro do Conselho de Administração. Exerce a atividade de Administrador desde o ano de 1995, formado em Ciências Médicas pela Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná, em Curitiba (PR), em 1988.

GUILHERME WOLFF DÖHLER, membro do Conselho de Administração, com especialização em Direito Ambiental pela Univali - Universidade do Vale do Itajaí em 2015, com experiência profissional na área de Direito Ambiental no Escritório Martinelli Advogados, em Joinville (SC).

ANTÔNIO CARLOS MINATTI, membro do Conselho de Administração, experiência nas atividades relativas projeto, pesquisa e desenvolvimento de produtos hidráulicos, Coordenação e direção de equipes multidisciplinares, formado em engenharia de operação - modalidade mecânica em 1977 e engenharia mecânica pela FEJ - Faculdade de Engenharia de Joinville em 1981, Pós-graduado em Administração de Empresas pela Univali - Universidade da Região de Joinville em 1996, formado no curso de Conselheiro de Administração pelo IBGC de Curitiba. Participou de cursos de especialização nas áreas de Gestão avançada, Gestão de Produtos e Marketing.

LEANDRO AUGUSTO RAMOZZI CHIAROTTINO, Formado em Direito pela PUC-SP, fundou e administrou o escritório CHIAROTTINO ADVOGADOS (2007-2011), que em 2012 se tornou CHIAROTTINO e NICOLETTI ADVOGADOS. Desde 1995 trabalha com assuntos e negócios jurídicos entre empresas brasileiras e estrangeiras, com consolidada experiência em matéria societária, contenciosos judiciais e arbitrais, fusões, aquisições, cisões, joint ventures, contratos financeiros, títulos de crédito, operações de emissão de valores mobiliários junto a bolsas de valores e operações similares. Conselheiro de diversos órgão e entidades como: CONJUR-FIESP; Instituto Bauducco; Grupo Adriano Ometto Participações, entre outros. Inscrito junto à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo – OAB/SP e Seção Rio de Janeiro – OAB/RJ.

II. Quanto ao Conselho Fiscal:

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO, consultor na D Carneiro Serviços Administrativos, atua nas áreas de auditoria, governança corporativa e sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental, planejamento estratégico, gestão pública e entidades do terceiro setor e desportivas. É palestrante e autor de diversos artigos e livros nacionais e internacionais sobre contabilidade, gestão e responsabilidade fiscal. Participa ativamente de conselhos consultivos e grupos técnicos do Ibracon, CFC, CRCSC e do GLENIF, além de presidir a Academia Catarinense de Ciências Contábeis – ACCC. Graduado em Administração e Gerência (UDESC), Ciências Contábeis (UFSC) e Direito (UFSC). Pós-graduado em Organização e Métodos, mestre em Engenharia de Produção e doutor em Contabilidade pela Universidade de Aveiro, em Portugal. Atualmente, é doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela UFSC. Auditor com registro no CNAI e associado ao IBGC e ao Ibracon, mantém forte atuação acadêmica como pesquisador e professor em cursos de graduação e pós-graduação.

DENISE DA SILVEIRA PERES AQUINO COSTA, advogada, contadora e conselheira certificada pelo IBGC e pelo ICSS, atua nas áreas de governança corporativa, gestão de riscos e compliance, direito tributário e análise de demonstrações contábeis. Atualmente, é Membro Julgador da Junta de Recursos Administrativos Tributários da Prefeitura de Joinville e Conselheira Deliberativa da OABPrev Santa Catarina. Integra também o Conselho Fiscal do Instituto Cazul, bem como a Comissão de Direito Previdenciário Complementar da OAB/SC e o Núcleo Jurídico da ACIJ.

Possui trajetória de 25 anos como sócia do Martinelli Advogados, com forte atuação em contencioso e consultivo tributário, participação em julgamentos administrativos em diferentes esferas, liderança de equipes multidisciplinares, gestão financeira e de compliance. Exerceu ainda funções diretivas no Instituto Martinelli e acumulou experiências anteriores em auditoria, controladoria e jurídico empresarial em organizações de grande porte. É graduada em Direito e Ciências Contábeis, com MBA em Gestão Empresarial pela FGV, e possui diversas certificações executivas em governança, finanças e gestão. Sua atuação destaca-se pela solidez técnica, pela defesa da integridade corporativa e pela visão estratégica aplicada à tomada de decisões.

DIONÍSIO LELES DA SILVA, Formado em Administração de Empresas, exerce a atividade de Consultor de Investimentos e Administrador Empresarial.

BRUNO BÖNI, Advogado especializado na área de direito tributário, com foco em reorganizações societárias, planejamento tributário e estruturação de investimentos estrangeiros no Brasil. Atua como conselheiro jurídico de diversas empresas, nacionais e estrangeiras, de diversos segmentos. Atuou durante anos como gerente da área tributária em uma das maiores empresas de auditoria do mundo. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Tuiuti do Paraná; sócio fundador do escritório Böni Ventura Sociedade de Advogados.

TAMARA RAMOS BORNHAUSEN, Advogada especializada no direito tributário e empresarial, com atuação no contencioso administrativo e judicial tributário. Graduada em Direito pela FURB de Blumenau/SC em 1990; Pós-Graduação em Nível de Especialização em Direito Tributário 1994-1996; MBA em Direito pela Fundação Getúlio Vargas em 2003; sócia do escritório Gazzana de Almeida Advocacia Empresarial desde 2016.

CIRO MAURO DE CARVALHO GIANNINI, Economista graduado pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo – USP em 1982. Possui curso de especialização em Mercado de Capitais pelo IBMEC / APIMEC 1993-94, e em Relações com Investidores pelo FIPECAFI / IBRI 2010-11. Certificado pelo CPA 20 da ANBIMA em 2002 e renovada em 2013. Possui vasta experiência no mercado de crédito, títulos de renda fixa em instituições financeiras nacionais e estrangeiras como o Noroeste – Chemical (1982-92), no Inter-Atlântico – Credit Agricole (1994-96), ABN AMRO – Real (1996-2008), Banco Espírito Santo de Investimento (2009-11) e Haitong Banco de Investimento (2015-18), nas funções de gerente, superintendente e diretor adjunto. Foi diretor de Investimento da RioPrevidência, a maior RPPS do país, entre 2013-14.

7.3.M - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- I. Condenação criminal;
- II. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;
- III. Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha

suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

- Quanto ao Conselho de Administração:
 - Durante os últimos 5 anos, não houve qualquer evento relacionado a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM ou condenações que transitaram em julgado que acarretasse a suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial de nenhum dos membros mencionados no item 7.3.I.
- Quanto ao Conselho Fiscal:
 - Durante os últimos 5 anos, não houve qualquer evento relacionado a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM ou condenações que transitaram em julgado que acarretasse a suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial de nenhum dos membros mencionados no item 7.3.II.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

- Cabe mencionar, diante da reforma tributária em curso, as ações do comitê tributário (não estatutário), que vem desenvolvendo

atividades intensas, com suporte de consultorias externas para cumprir e otimizar obrigações e oportunidades.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

- Quanto ao Conselho de Administração:

Nome / Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor Udo Döhler Membro do Conselho da Administração	006.091.969-87	DÖHLER S.A.	84.683.408/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada Cesar Pereira Döhler Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	460.503.709-82	DÖHLER S.A.	84.683.408/0001-03	-
Administrador do emissor Ricardo Döhler Diretor Técnico	434.494.769-04	DÖHLER S.A.	84.683.408/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada Guilherme Wolff Döhler Membro do Conselho de Administração	078.205.019-01	DÖHLER S.A.	84.683.408/0001-03	-

- Quanto ao Conselho Fiscal:
 - Não se aplica ao Conselho Fiscal.

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor:

- Não se aplica, tanto para o Conselho de Administração como para o Conselho Fiscal.

b) Controlador direto ou indireto do emissor:

- Não se aplica, tanto para o Conselho de Administração como para o Conselho Fiscal.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

- Não se aplica, tanto para o Conselho de Administração como para o Conselho Fiscal.

7.7 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

- Seguro D&O (Diretores e Oficiais) é uma apólice de seguro de responsabilidade que protege os ativos pessoais dos Órgãos da Administração, bem como a saúde financeira da própria empresa. Ele entra em ação caso esses indivíduos sejam processados por supostos atos inadequados enquanto gerenciam a companhia.

7.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

- As informações supracitadas são as que a companhia considera relevantes, tanto para o Conselho de Administração quanto para o Conselho Fiscal.

III. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

ANEXO C – ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RESOLUÇÃO CVM 080 DE 29/03/2022

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

- A política de remuneração objetiva oferecer aos diretores e aos membros do Conselho de Administração, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado. A remuneração de cada membro do Conselho Fiscal corresponde a 10%, da atribuída ao diretor presidente, conforme deliberação do Conselho de Administração.

b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- I. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:
 - Conselho de Administração.
- II. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

- Análise das políticas e práticas exercidas por demais empresas do segmento de atuação da Companhia.
- III. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:
- Anual.

c) Composição da remuneração, indicando:

- I. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:
- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:
 - A remuneração dos Diretores e dos Membros do Conselho de Administração é composta de um único elemento, em forma de pró-labore.
 - Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:
 - A remuneração dos Diretores e dos Membros do Conselho de Administração é composta de um único elemento, em forma de pró-labore.
 - Sua metodologia de cálculo e de reajuste:
 - Os valores globais e elementos de remuneração são definidos pelo Conselho de Administração e deliberados na AGO.
 - Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:
 - A Companhia não adota política formal de remuneração estruturada nos moldes previstos no Quadro 8.1.c.i do Formulário de Referência. A definição e a aprovação da remuneração dos administradores são realizadas pelos órgãos societários competentes, em estrita observância à legislação societária aplicável e ao Estatuto Social,

considerando as características, o porte, a complexidade operacional e a estrutura organizacional da Companhia. A ausência de uma política formalizada e autônoma não compromete a transparência nem a adequada gestão da remuneração e gestão da Companhia, uma vez que as decisões seguem ritos societários formais e estão sujeitas às instâncias de aprovação competentes.

II. Razões que justificam a composição da remuneração:

- Trata-se de composição única.

III. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

- Não há.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

- Não existe.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

- Não existe.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ANO	ÓRGÃO	Nº TOTAL DE MEMBROS	Nº DE MEMBROS REMUNERADOS	REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL - PRÓ-LABORE	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL / BASEADA EM AÇÕES E OUTROS BENEFÍCIOS
2023	Diretoria	5	5	5.074 mil	Não possuem
	Conselho de Administração	6	6	1.674 mil	
	Conselho Fiscal	3	3	305 mil	
2024	Diretoria	5	5	4.230 mil	
	Conselho de Administração	6	6	1.744 mil	
	Conselho Fiscal	3	3	317 mil	
2025	Diretoria	4	4	4.420 mil	
	Conselho de Administração	6	6	1.822 mil	
	Conselho Fiscal	3	3	332 mil	
Prevista para 2026	Diretoria	4	4	4.628 mil	
	Conselho de Administração	6	6	1.908 mil	
	Conselho Fiscal	3	3	347 mil	

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- Não se aplica.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

- Não se aplica.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

31/12/2025	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
Conselho de Administração	15.719.911	28,86	4.114.493	19,43
Diretoria	5.747.062	10,55	759.964	3,59
Conselho Fiscal	400	0,00	216.300	1,02
Outros Acionistas	33.000.447	60,59	15.643.515	73,87
Ações em Tesouraria	-	-	443.193	2,09
Total	54.467.820	100,00	21.177.465	100,00

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- A companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e a Diretoria.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal, o respectivo valor da remuneração:

Remuneração Individual (R\$)	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Nº de Membros	4	4	5	6	6	6	3	3	3
Nº de Membros Remunerados	4	4	5	6	6	6	3	3	3
Valor da Maior Remuneração	92.089,69	88.124,11	84.572,08	92.089,69	88.124,11	84.572,08	9.208,97	8.812,41	8.457,21
Valor da Menor Remuneração	92.089,69	88.124,11	84.572,08	11.955,82	11.440,98	10.979,83	9.208,97	8.812,41	8.457,21
Valor Médio da Remuneração	92.089,69	88.124,11	84.572,08	25.311,47	24.221,50	23.245,21	9.208,97	8.812,41	8.457,21

Observação:

Nos períodos acima informados, o Diretor Presidente acumula cargo de Conselheiro da Administração.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

- Não se aplica.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Percentual de Remuneração por Órgão

	2023		2024		2025		2026	
	REMUNERAÇÃO	%	REMUNERAÇÃO	%	REMUNERAÇÃO	%	REMUNERAÇÃO	%
Diretoria	5.074 mil	77%	4.230 mil	73%	4.420 mil	73%	4.628 mil	73%
Conselho de Administração	1.410 mil	21%	1.469 mil	25%	1.535 mil	25%	1.608 mil	25%
Conselho Fiscal	101 mil	2%	106 mil	2%	110 mil	2%	116 mil	2%
Total	6.585 mil	100%	5.805 mil	100%	6.065 mil	100%	6.352 mil	100%

Obs.: 2026 se trata de remuneração prevista.

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

- Não se aplica.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

- Não se aplica.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

- As informações supracitadas são as que a Companhia considera relevantes.

IV. PROPOSTA DA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

ANEXO A – DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81, DE 29 DE MARÇO DE 2022 DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício:

- O Lucro Líquido do Exercício 2025 da Companhia corresponde a R\$ 10.241.688,08 (dez milhões, duzentos e quarenta e um mil, seiscentos e oitenta e oito reais e oito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- Dividendos propostos sobre o resultado apurado em 31/12/2025.

Descrição	Valor Bruto p/ Ação	Montante Global Bruto
Dividendos ON	0,03300	1.797.438
Dividendos PN	0,03630	752.654
Total - Dividendos	-	2.550.092

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

- Percentual de dividendos sobre o lucro líquido do exercício distribuído foi de 24,90% e sobre a base ajustada para distribuição de dividendos com base no Estatuto Social foi de 26,21%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

- Distribuição de dividendos conforme AGE de 06/06/2025

Descrição	Valor Bruto p/ Ação	Montante Global Bruto
Dividendos ON	0,01000	544.678
Dividendos PN	0,01100	230.223
Total - Dividendos	-	774.901

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

- Informado no Item 2.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;

- O Pagamento é feito da seguinte forma:
 - Pelo Agente Escriturador (Bradesco S/A), via crédito em conta bancária indicadas por cada acionista, sendo que aos que não indicarem a respectiva conta, o valor ficará disponível para levantamento em caixa.
- O prazo de pagamento é definido em AGO que será realizada no dia 28/04/2026.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio;

- Não há previsão de incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Tipo de Evento:	Dividendos
Data da Deliberação:	28/04/2026
Base da Posição com direito:	06/05/2026
Data Ex a partir de:	07/05/2026
Data Início de Pagamento:	A ser definida na AGO de 28/04/2026.
Valor Declarado por Ação	
ON	0,0330
PN	0,0363

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

- Não houve.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos:

- Não se aplica.

7. Tabela comparativa indicando, para o exercício e para os 3 (três) exercícios anteriores, o lucro líquido e a remuneração, indicando ainda, para esta última, os valores por ação de cada espécie e classe:

Exercício	Lucro Líquido	Remuneração		
		Classe e espécie de ação	Dividendo	Total
2022	3.481.835,54	ON	-	-
		PN	-	
2023	467.157,63	ON	-	-
		PN	-	
2024	- 15.357.408,47	ON	-	-
		PN	-	
2025(*)	10.241.688,08	ON	1.797.438,06	2.550.092,13
		PN	752.654,07	

(*) Proposta da Administração a ser submetida a AGO de 28.04.2026.

8. Destinação de lucros à Reserva Legal;

- a)** Montante destinado a reserva legal R\$ 512.084,40 (quinhentos e doze mil e oitenta e quatro reais e quarenta centavos);
- b)** A reserva legal foi calculada em valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, a constituição de tal reserva alcançou 9,15% do capital social, não superando os 20% correspondentes ao limite legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos;

- a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:**
 - b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:**
 - c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:**
 - d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:**
 - e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:**
- A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório;

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

- O Estatuto prevê o seguinte dividendo obrigatório: “art. 35, Parágrafo 4º, item c) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendos”, e assegurados aos acionistas preferenciais o que consta no “art. 5º, parágrafo 2º, item b) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.”

b) Informar se ele está sendo pago integralmente:

- O dividendo obrigatório será pago totalmente, conforme demonstrativo a seguir:

	Valores em R\$
Lucro Líquido do Exercício	10.241.688
Reserva Legal	- 512.084
Lucro Base para os Dividendos	9.729.604
Dividendos Propostos Bruto	2.550.092
* IRRF	- 106.098
Dividendos Propostos Líquido	2.443.994

* Dividendos Tributados na fonte com alíquota de 10% sobre o total a receber no valor superior a R\$ 50.000,00.

- Percentual de dividendos sobre a base de distribuição: 24,14% (% de dividendos líquidos).

c) Informar o montante eventualmente retido:

- Não houve retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia;

a) Informar o montante da retenção:

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:

c) Justificar a retenção dos dividendos:

- Não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências;

a) Identificar o montante destinado à reserva:

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa:

c) Explicar por que a perda foi considerada provável:

d) Justificar a constituição da reserva:

- Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar;

- a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar:**
b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:

- Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias;

- a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:**

- O Estatuto prevê a seguinte reserva Estatutária: “art. 35, parágrafo 4º, item d) O saldo do lucro líquido que remanescer após as deduções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” será destinado para uma Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. Esta reserva não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social”.

- b) Identificar o montante destinado à reserva:**

- Montante destinado à reserva estatutária (Reserva para Investimentos): R\$ 9.598.397,03 (nove milhões, quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e noventa e sete reais e três centavos), corresponde aos valores de Lucros Acumulados lançados no exercício e da realização do Custo Atribuído ao Imobilizado.

- c) Descrever como o montante foi calculado:**

- O montante de R\$ 9.598.397,03 (nove milhões, quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e noventa e sete reais e três centavos), corresponde aos valores de Lucros Acumulados lançados no exercício da realização do Custo Atribuído ao Imobilizado conforme demonstrado abaixo:

	Valores em R\$
Lucro Líquido do Exercício	10.241.688
(-) Reserva Legal	- 512.084
(=) Base p/ distribuição de dividendos	9.729.604
(-) Dividendos	- 2.550.092
(=) Lucros Retidos	7.179.512
(+) Realização Custo Atribuído ao Imobilizado	2.418.885
Base de Destinação	9.598.397

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital;

a) Identificar o montante da retenção:

Reserva para Investimentos	9.598.397
Total Montante da Retenção	9.598.397

b) Fornecer cópia do orçamento de capital:

Aplicações	Valores em R\$
Máquinas e Equipamentos	26.067.000
Edificações e Instalações	6.695.000
Tecnologia da Informação	2.876.000
Outros Investimentos	2.104.000
Total	37.742.000

Fonte de Recursos	Valores em R\$
Próprios	22.246.000
Terceiros	15.496.000
Total	37.742.000

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais;

a) Informar o montante destinado à reserva:

- Não houve destinação para Reserva de Incentivos Fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação:

- Não se aplica.